

## INDIOS SURDOS GUARANI E TERENA EM MATO GROSSO DO SUL: DEZ ANOS DE PROJETO ÍNDIO SURDO E SEUS DESAFIOS FAMILIARES, EDUCACIONAIS E LINGUÍSTICOS

Guarani and Terena deaf Indians in Mato Grosso do Sul: ten years of the Indian Deaf Project and their family, educational and linguistic challenges

**Shirley Vilhalva<sup>1</sup>**

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os trabalhos do "Projeto Índio Surdo" durante um período de dez anos de implementação. Tal projeto foi coordenado por mim, em parceria com a FENEIS (Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos), a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, a Secretaria Municipal de Educação de Dourados e Lideranças Indígenas para levantamento de dados sobre os índios surdos de Mato Grosso do Sul. O projeto teve como objetivo viabilizar aos alunos surdos o direito à acessibilidade, principalmente com a presença do

### ABSTRACT

This article aims to present the work of the "Deaf Indian Project" in a period of ten years of implementation. This project was coordinated by me, in partnership with FENEIS (National Federation of Integration and Education of the Deaf), the State Secretariat of Education of Mato Grosso do Sul, the Municipal Department of Education of Dourados and Indigenous Leaderships to collect data on the deaf Indians of Mato Grosso do Sul. The objective

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande/MS; shivi323@hotmail.com.

intérprete de Libras, para uma comunicação efetiva no âmbito escolar. Também apontou para a necessidade da atuação conjunta dos profissionais envolvidos na construção e na implementação do projeto pedagógico que, pelos dados coletados em pesquisa, ainda não contempla, de fato, uma educação bilíngue de qualidade para os índios surdos em território nacional.

of the project was to enable the deaf students to have the right for accessibility, especially with the presence of the Libras interpreter, for effective communication in the school environment. It also pointed to the need for professionals involved in the construction and implementation of the pedagogical project that, through the data collected in research, does not yet contemplate, in fact, a bilingual quality education for the deaf Indians in the national territory.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Educação; Surdos; Guarani; Terena; Índios.

#### **KEYWORDS**

Education; Deaf people; Guarani; Terena; Indians.

### **Prólogo: um depoimento**

*Meu nome é Karina Oruê, acadêmica de Pedagogia, atuo como intérprete educacional na escola Caetano Pinto desde 2009, onde tenho a oportunidade de conviver com alunos índios surdos Terena, alunos estes com quem eu já tinha um contato social devido a serem amigos de meu irmão surdo. Moradores da Aldeia Cachoeirinha em Miranda/MS, são três irmãos surdos – Everton Antônio Miguel, Maria Eliza Antônio Miguel e Elcio Antônio Miguel. Everton e Maria Eliza ainda residem na Aldeia Cachoeirinha e Elcio atualmente reside em Campo Grande.*

*A mãe, Sra. Ondina Antônio Miguel, me relatou, em conversas informais, situações de preconceitos em relação a seus filhos, até mesmo no início do período em que eles passaram a frequentar a escola, no começo na aldeia pois os professores não sabiam como lidar com a situação de ter um aluno surdo.*

*Há alguns anos passei a frequentar a aldeia, onde tive a maravilhosa experiência de ter a percepção de como eles tiveram que se adaptar em meio a*

tantas informações à sua volta. Digo isso devido às misturas de idiomas, riquezas culturais, pois incluem a cultura indígena terena, o português, os sinais emergentes e a Língua Brasileira de Sinais, com que passaram a ter contato na cidade através de amigos usuários dessa língua na Escola Municipal XV de Outubro na cidade de Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul, região do Pantanal Sul, que passaram a frequentar.

Percebi uma resistência ao chegar à aldeia. Pelo fato de se preocupar com a realidade deles, a mãe sinalizava da forma com a qual se comunicava naturalmente, usando seus sinais emergentes, como ela me disse: “Sei poucos sinais em Libras, mas temos nossa forma de nos comunicar”, e eles falavam para que sua mãe usasse o que sabia da Libras e não a língua da aldeia, porque eu não sabia os sinais deles que usavam com sua família.

Dona Ondina disse que com o passar do tempo, devido à convivência com alunos da cidade, seus filhos passaram a usar mais a Língua Brasileira de Sinais, mas ainda fazem o uso de sinais emergentes. Eu sempre falo para eles terem orgulho de sua cultura, passei a incentivá-los em relação às nossas diferenças culturais, que somos diferentes, mas que podemos conviver juntos no mesmo objetivo de aprender cada vez mais.

Dificuldades existem, sim, e muitas, pois eles não tiveram a base logo no início de sua alfabetização, não tinham intérpretes, e os professores não tinham orientação para auxiliá-los. As dificuldades ocorrem em relação a várias situações, seja na Língua Portuguesa, Inglesa, Espanhola e até na língua de sinais, devido ao conceito das palavras.

Dona Ondina é uma mãe que se interessa e busca sempre entender seus filhos. Quando ela não entende, eles tentam passar a informação mais clara possível a ela. Conheço uma outra realidade, de uma família de outra aldeia, onde alunas dizem que não conseguem se comunicar com familiares e amigos, e às vezes acabam te confidenciando assuntos que têm a ansiedade de saber ou desabafar. Por mais que tentemos não ter esse contato, não há como não “ouvir”, por saber que é a mesma realidade do meu irmão, pois minha família não sabe Libras, somente usam comunicação gestual, por isso passei a querer aprender, pela dificuldade de nos comunicarmos. Passei então a estudar e sempre faço cursos para melhorar nossa comunicação, nossa convivência, que depois disso melhorou muito, então minha visão nessa hora muda.

*Já passei por muitas situações em relação a isso, dúvidas e curiosidades são esclarecidas em casa, e a busca de orientações necessárias devido à falta de informação. Infelizmente não tenho tempo suficiente para me dedicar a eles, mas tento auxiliá-los da melhor forma possível. Tenho a consciência de que os alunos chegam à escola com uma bagagem cultural que deve ser respeitada, que tem direito a todo tipo de informação e a noções de seus direitos e deveres, já que nossa luta é por igualdade social.*

*Miranda, 27 de janeiro de 2015*

## **Introdução**

De acordo com o Censo do IBGE/2014, o Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977, possui uma população estimada de 2.619.657 habitantes, distribuídos em 79 municípios. Localizado na região Centro-Oeste do Brasil, tem posição geográfica privilegiada, estando próximo aos grandes centros consumidores do país.

Outro Censo (IBGE/2010) mostrou que esse estado possui uma população aproximada de 61.737 índios, distribuídos em nove etnias: Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Terena, Guató, Kadiwéu, Ofaié, Kinikinau, Atikum e Kambá. As mesmas estão distribuídas em 64 aldeias, com territórios demarcados e não demarcados, de fácil e de difícil acesso, em alguns casos sendo necessária a utilização de transporte fluvial, como no Pantanal. Além dessa população nas terras indígenas, constam também 5.657 índios urbanos (IBGE/2010), ocupando aproximadamente 35% do território sul-mato-grossense.

O Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS/MS – é um dos órgãos que apoiou os estudos e pesquisas do Projeto Índio Surdo nas áreas educacional e linguística referentes aos alunos indígenas surdos das etnias Guarani e Terena do MS.

Já o Centro de Atendimento ao Surdo – CAS/MS<sup>2</sup> – é responsável pela formação continuada de profissionais na educação de surdos nos municípios, um trabalho realizado desde a implementação do Programa Interiorizando Libras, do MEC (Ministério da Educação e Cultura) no MS, contando com

<sup>2</sup> Em 2002, a Secretaria de Estado de Educação, em um programa do MEC – Ministério da Educação –, em parceria com a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos –, criou o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS/SED/MS, pelo decreto nº 11.027 de 17 de dezembro de 2002.

profissionais surdos como professores de Libras. Conforme o levantamento junto às Secretarias Municipais, há alunos índios surdos em várias unidades escolares indígenas. Além disso, este Centro – em conjunto a Gestão Escolar Indígena e secretarias municipais de educação – propõe realizar a formação continuada da educação de surdos e da língua de sinais aos professores, alunos, familiares e demais profissionais indígenas e não indígenas que atuam na escola.

No Município de Bodoquena/MS, o atendimento ao índio surdo está garantido na Lei Municipal nº 627/2012 que institui o Dia do Surdo. Vale ressaltar que há uma aluna indígena Kadiwéu com alta habilidade em desenho que recebe atendimento pelo Núcleo de Educação Especial de Bodoquena – MS.

Na legislação vigente ou nas políticas públicas existentes não há uma proposta de política linguística que contemple de forma satisfatória as comunidades linguísticas. Conforme Bagno (2005), o Brasil sempre foi considerado um país monolíngue, independentemente do fato de existirem mais de duzentas línguas minoritárias usadas em seu território. Este falso consenso de unidade é um mito alimentado que estabelece uma norma padrão advinda de uma posição preconceituosa, que perpetua o ciclo vicioso da injustiça social, na medida em que só a alguns é dada legitimidade de discurso via reconhecimento linguístico.

A escola indígena é um espaço onde se encontram diferentes línguas orais, visuais e escritas. O processo de ensino bilíngue para alunos índios surdos na sala de aula comum assemelha-se ao dos não indígenas. Está presente a Libras como L1 (primeira língua) e a Língua Portuguesa escrita como L2 (como segunda língua), podendo transformar-se em ensino trilíngue: Libras/Língua Portuguesa/Língua Indígena. Um novo olhar paira sobre a realidade da educação bilíngue quando as comunidades surdas enfatizam que o foco é fazer valer os direitos linguísticos como é de direito dentro da política linguística.

A educação bilíngue para surdos acontece na diversidade linguística e cultural, porém este direito vai além da inclusão. A partir do referencial teórico de pesquisa da implementação do Projeto Índio Surdo nos territórios etnoeducacionais em Mato Grosso do Sul, articula-se o objetivo de

relacionar as condições e os desafios familiares, educacionais e linguísticos com os direitos que precisam ser alcançados em relação à educação do índio surdo.

### **1) Projeto Índio Surdo: da FENEIS para órgãos governamentais e para pesquisa**

O Projeto Índio Surdo foi coordenado por mim, a partir do olhar de quem também é surdo, contando com o apoio de profissionais intérpretes indígenas e não indígenas que atuam dentro das escolas indígenas, durante a pesquisa de campo. Esse projeto é produto da parceria inicial entre a FENEIS (Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos), a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, a Secretaria Municipal de Educação de Dourados e as Lideranças Indígenas para o levantamento de dados sobre os índios surdos de Mato Grosso do Sul. Entre a implementação e o acompanhamento do projeto decorreram dez anos, durante os quais realizei orientações junto aos núcleos responsáveis nas cidades e nas escolas dentro das comunidades indígenas, mapeando as necessidades, tanto materiais quanto de formação, de quem iria atuar com alunos surdos e surdocegos.

A construção do trabalho coletivo sobre a educação escolar de estudantes índios surdos dentro dessas escolas foi realizada de modo que o planejamento, o acompanhamento e a avaliação do processo de educação bilíngue fossem mantidos sob a responsabilidade do Núcleo de Atendimento aos Povos Indígenas, do Núcleo de Educação Especial nas Secretarias Municipais de Educação, do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS/SED/MS e do Núcleo de Educação Especial – NUESP.

A trajetória da educação escolar dos estudantes índios surdos das etnias Guarani Kaiowá e Terena da região de Dourados se diferencia da região de Miranda quanto à atuação dos intérpretes de Libras. Nas terras indígenas de Dourados, há atuação de intérpretes de Libras dentro das escolas indígenas, enquanto que os índios surdos da região de Miranda não têm esse mesmo atendimento. Eles são obrigados a sair da sua aldeia e ir para escolas que têm o profissional bilíngue e o tradutor/intérprete de Libras. Ou seja, o aluno precisa percorrer uma grande distância para receber educação escolar com acessibilidade na comunicação.

O projeto teve como objetivo viabilizar aos alunos surdos o direito à acessibilidade, principalmente com a presença do intérprete de Libras, para uma comunicação efetiva no âmbito escolar, e também apontou para a necessidade da atuação conjunta dos profissionais envolvidos na construção e implementação do projeto pedagógico que, pelos dados coletados em pesquisa<sup>3</sup>, ainda não contempla, de fato, uma educação bilíngue de qualidade para os índios surdos em território nacional.

## 2) O índio surdo: Guarani e Terena nos espaços educacionais e linguísticos

A experiência vivenciada na implementação do Projeto Índio Surdo constatou a ausência de materiais didáticos específicos, de tecnologia assistiva, de equipes e professores ambos bilíngues no que se refere à Libras, destacando quão grave se constitui a falta de formação continuada dos professores indígenas e não indígenas para atuar com alunos surdos e surdocegos.

O aumento de solicitações de intérpretes da língua de sinais para os alunos índios surdos das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul vem apontando que a exigência das necessidades requer uma educação com acessibilidade linguística também no contexto da educação escolar indígena, como apontam os estudos denominados etnoeducacionais, devido ao olhar de valorização da cultura dos povos indígenas, ao empoderamento das línguas maternas, às ofertas de formação continuada específica e diferenciada aos profissionais e à projeção de assegurar as identidades étnicas.

Verificou-se que os dados da realidade na educação do índio surdo brasileiro apresentam similaridade com os problemas também encontrados na educação dos alunos surdos não índios<sup>4</sup>, mas que são potencialmente maiores, envolvendo inclusive a falta de reconhecimento linguístico das línguas de sinais utilizadas por diferentes comunidades indígenas. (VILHALVA & ANDREIS-WITKOSKI, 2014, p.264)

<sup>3</sup> Para maior conhecimento sobre a pesquisa, sugere-se a leitura de: VILHALVA, Shirley. *Mapeamento das línguas de sinais emergentes: Um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul*. UFSC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92972/271269.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 fev. 2018.

<sup>4</sup> Sobre a problemática do ensino de surdos em escolas específicas sugere-se a leitura de: ANDREIS-WITKOSKI, S. *Educação de Surdos e preconceito*. Curitiba: CRV, 2012. Para a discussão das implicações da inclusão de surdos no ensino regular, sugere-se: ANDREIS-WITKOSKI, S. *Educação de Surdos pelos próprios surdos: uma questão de direitos*. Curitiba: CRV, 2012.

### **3) Projeto família bilíngue<sup>5</sup> na aldeia: a família e a busca de soluções para que seu filho seja atendido com acessibilidade de comunicação dentro das escolas indígenas da aldeia**

Hoje a Libras é uma língua presente em nossas escolas, onde o aluno surdo ou surdocego tem acesso ao conhecimento, à cultura, à comunicação e às informações diversas por meio dos professores, dos instrutores de Libras e dos professores bilíngues no Atendimento Educacional Especializado (AEE), dos profissionais intérpretes, dos instrutores mediadores e dos guias-intérpretes, podendo interagir com estes profissionais, com os demais alunos e com toda a comunidade escolar. Infelizmente, ainda muitos desses alunos não encontram tal facilidade para comunicar-se junto à sua própria família, que desconhece a importância de aprender a língua de sinais para poder educar seu filho surdo ou surdocego como educam aos outros filhos ouvintes, estabelecendo de fato um verdadeiro diálogo, que permita que pais e filhos possam compreender-se falando a mesma língua.

Os trabalhos voltados à família têm-se diversificado e apresentado sempre resultados satisfatórios em todos os aspectos. No âmbito da escola, esse fato não é diferente e se confirma principalmente quando a proposta original é derivada de grupos parceiros que otimizam objetivos comuns.

O presente projeto tem como matriz outros trabalhos já executados com o segmento da família, mas nem por isso deixa de apresentar novos desafios, pois refere-se a um trabalho voltado às famílias bilíngues, as quais possuem em seu interior o estudante surdo (criança ou adolescente), deficiente auditivo/surdo parcial, surdocego ou coda<sup>6</sup>. Nesse sentido, temos como trabalho-matriz a ser destacado a oficina intitulada “Meu filho com surdez”, iniciada no ano letivo de 2002 na Escola CEADA (Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação), a convite dos profissionais dos setores de Serviço Social e Psicologia, que na época coordenavam o Programa de Orientação Familiar daquela escola.

---

<sup>5</sup> Um projeto proposto pela equipe de profissionais bilíngues surdos e ouvintes (Cícera Celma Cosmo de Arruda, Claudia Ester Candia, Dolores Britto, Flávia Pieretti, Iolanda de Castro Utuari, Karine de Albuquerque, Jacqueline Ricartes, Naya de Arruda Torrezan de Souza, Shirley Vilhalva, Suliane Kelly Aguirre de Barros e Zenaide Monteiro Carneiro).

<sup>6</sup> Coda é o termo dado a filhos ouvintes de pais surdos.



Conforme o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, os órgãos públicos que atendem essa população devem proporcionar orientações à família sobre as implicações da surdez ou surdocegueira e sobre a importância dessas crianças terem, desde seu nascimento, acesso à Libras e posteriormente à Língua Portuguesa como segunda língua, como meio de assegurar sua comunicação, informação e educação.

Portanto, justifica-se a realização de um projeto da ordem de “rede de apoio” envolvendo pais, familiares e/ou responsáveis de estudantes surdos, deficientes auditivos, surdocegos e filhos de surdos, órgãos públicos e demais profissionais da escola, como sendo mais uma ação no processo de consolidação da língua de sinais dentro do contexto familiar.

Com uma proposta inovadora, a equipe de atendimento ao Projeto Índio Surdo interioriza essa ação nos municípios onde há parceria e há oportunidade de levá-la também às escolas das terras indígenas. As atividades se desenvolvem com foco no que a família necessita para se comunicar com seu filho surdo dentro da comunidade indígena e ele tem o direito linguístico de aprender línguas visuais tanto quanto as línguas de sinais e as línguas escritas. Todo trabalho desenvolvido é gerador de mudanças comportamentais entre a família, os profissionais e a pessoa surda, respeitando sempre a cosmovisão do povo indígena.

Os encontros são realizados somente após a aceitação da liderança indígena. A proposta é que a duração máxima seja de 2 (duas) horas, divididas em: acolhida, a qual poderá ser no formato de uma Dinâmica de Grupo, momento de palestra e/ou depoimento; debate e avaliação. Nos encontros, escolhe-se junto aos participantes o tema de seu interesse, bem como o conteúdo a ser trabalhado, resguardando a motivação do grupo para garantir presença e participação. Esses aspectos são divulgados previamente aos interessados, no caso a comunidade escolar escolhida como próximo local, bem como o diretor, os intérpretes, os alunos surdos, os deficientes auditivos, os surdocegos, os codas e suas famílias e/ou responsáveis. Os temas a serem discutidos podem ser sugeridos pelos próprios participantes ou selecionados previamente pelos organizadores. Os formatos de apresentação dos conteúdos podem ser palestras presenciais ou vídeos, filmes, documentários e textos compartilhados em datashow ou material impresso.

Esse projeto hoje também assegura a realização de grandes eventos, intitulados “Encontro Família Bilíngue e Amigos de Surdos”, que acontecem de dois em dois anos. Entendendo assim que as oficinas e as reuniões nos municípios fortalecem esse evento com a participação dos familiares e dos profissionais surdos e ouvintes no evento estadual.

Durante as rodas de conversas que aconteciam com os pais na Escola de Surdos CEADA, as equipes apresentaram os seguintes pontos como propostas:

- Propiciar a participação dos pais, familiares e/ou responsáveis indígenas e não indígenas de uma forma mais ativa e efetiva no processo de desenvolvimento de seu filho surdo ou surdocego, utilizando-se da língua de sinais em todos os contextos, percebendo-a como uma experiência socializadora ímpar na sua formação humana e em seu desempenho futuro;
- Possibilitar múltiplas vivências dessa família com a comunidade surda e surdocega por meio de dinâmicas educativas e de depoimentos exitosos que auxiliem a construção da credibilidade e da cumplicidade para uma presença e atuação sociopolítica conjunta a favor dos interesses e necessidades específicos desse grupo minoritário e de suas especificidades linguísticas;
- Incentivar a participação dos pais e/ou responsáveis em cursos de Libras, ampliando possibilidades de diálogos de pais e filhos surdos ou surdocegos, para um acompanhamento e apoio mais efetivo na sua vida escolar, social e afetiva;
- Oferecer apoio quanto a serem pais/família de uma criança surda, deficiente auditiva, surdocega ou coda indígena ou não indígena, construindo autoconfiança, conhecimento e autonomia para representá-la oficial e legalmente junto à sociedade;
- Oferecer momentos de estudos, com informações atualizadas e específicas de pesquisas sobre a pessoa surda, a língua de sinais, a cultura e a comunidade surda, incluindo estudos sobre surdocegueira, nas diferentes áreas de conhecimento, visando à transição do senso comum para o saber científico;
- Propiciar condições sistemáticas e seguras para a divulgação/transmissão à sociedade em geral de conhecimentos específicos

que envolvem a pessoa surda e surdocega indígena e não indígena, minimizando aspectos de preconceitos para com essa população;

- Divulgar as políticas públicas e os direitos assegurados legalmente aos cidadãos com educação com acessibilidade linguística, bem como os deveres correspondentes, viabilizando a autonomia desse público-alvo na busca de uma efetiva participação na sociedade.

Entre os dez anos de 2002 a 2012, pudemos verificar que os resultados foram o aumento de famílias que aprenderam a Libras e chegaram a concluir seus estudos para atuarem como profissionais na educação na função de tradutores/intérprete de Libras.

Com apoio e autorização, acrescento a este artigo um depoimento de uma intérprete educacional irmã de surdo que atua também com estudantes índios surdos.

### **Considerações finais**

A educação escolar dos índios surdos encontra-se em processo e ainda há um longo caminho a percorrer na construção de uma educação básica dentro dos princípios do respeito à sua cultura e às identidades surdas. A conquista pelo reconhecimento da Libras como a segunda língua oficial do país assegura com propriedade que esse direito também seja dos índios surdos.

Tratar dos desafios familiares, educacionais e linguísticos referentes aos indígenas surdos da etnia Guarani e Terena de Mato Grosso do Sul requer estudos teóricos, pesquisas e vivência *in loco* constantemente, assim como apoio dos órgãos responsáveis pela Educação Escolar Indígena dentro das secretarias estaduais e municipais de educação. O mesmo pode-se dizer com relação ao apoio dos familiares responsáveis pelo início da educação básica de toda e qualquer criança indígena e não indígena, seja ela surda ou ouvinte. Ainda persistem muitos desafios na educação de índios surdos, principalmente pelo valor da oralidade na etnia, que fortalece a cultura e a língua usada na escola – a Língua Portuguesa, que muitas vezes toma frente como língua majoritária, deixando as demais línguas fora do sistema. Atualmente a língua de sinais está sendo aceita e a Libras se torna presente na sala de aula com auxílio de intérpretes. Mas uma pergunta ainda persiste: qual é a primeira língua de sinais do aluno da escola indígena?

Com o Projeto Índio Surdo foi possível ampliar o conhecimento em relação às famílias, aos próprios índios surdos e até mesmo aos profissionais da educação. Ficou evidente a necessidade do registro dos sinais emergentes existentes e da história do índio surdo nas comunidades indígenas<sup>7</sup>. Também foi destacado que é indispensável promover a formação dos docentes e funcionários das unidades escolares indígenas ediscutir as adaptações curriculares e estratégias de ensino que possibilitem um ensino de qualidade para este alunado, com a valorização de sua cultura tal qual anseia-se em relação ao aluno surdo não indígena.

No caso do índio surdo, não há proposta na constituição de escolas indígenas bilíngues somente para surdos, pois as escolas regulares indígenas já são criadas como escolas bilíngues, conforme o Decreto 6.861 de 27 de maio de 2009 no Art. 3º.

Será reconhecida às escolas indígenas a condição de escolas com normas próprias e diretrizes curriculares específicas, voltadas ao ensino intercultural e bilíngue ou multilíngue, gozando de prerrogativas especiais para a organização das atividades escolares, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas e as especificidades de cada comunidade, independentemente do ano civil.

Considerando que a cada ano amplia-se o número de alunos surdos nas unidades escolares indígenas, diante do exposto se faz necessário que o professor índio e não índio que atua nas escolas indígenas tenha conhecimento da língua emergente de sua etnia e da Libras, permitindo atuar favoravelmente no processo de escolarização de índio surdo com suas especificidades linguísticas, ou seja, com a utilização da língua de sinais, facilitando a aprendizagem do mesmo, destacando as adaptações e o acesso ao currículo.

---

<sup>7</sup> Conforme pesquisa citada em “Índios surdos: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul”, VILHALVA, 2012.

## REFERÊNCIAS

ANDREIS-WITKOSKI, S. *Educação de Surdos e preconceito*. Curitiba: CRV, 2012.

BAGNO, M. *A língua de Eulália (novela sociolinguística)*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. *Decreto nº 6.861*, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.

IBGE. *Gráficos e Tabela – população autodeclarada*, 2010. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

VILHALVA, S. *Índios surdos: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul*. Petrópolis: Arara Azul, 2012.

VILHALVA, S. & ANDREIS-WITKOSKI, S. A educação do índio surdo brasileiro: implicações linguísticas. In ANDREIS-WITKOSKI, S. & FILIETAZ, M. R. P. (Orgs.) *Educação de surdos em debate*. Curitiba: Editora UTFPR, 2014.

